



**POSSIBILIDADES E DESAFIOS: A HISTÓRIA DO TRABALHO NO
BRASIL CONTEMPORÂNEO NA PERSPECTIVA DO TEMPO PRESENTE
(1990-2000)**

Geovanni Rocha Junior¹

Resumo: Este ensaio busca tecer algumas considerações acerca da transformação nos mundos do trabalho no Brasil, expressão que acompanha o movimento do capitalismo em sua vertente neoliberal. No país, foi nos anos de 1990 que esses efeitos começaram a entrar em cena, a década ficou marcada pelo alto índice de desemprego, pela insegurança dos postos gerados, e como reação, pela mobilização dos sindicatos para evitar a perda dos direitos assegurados. Um dos objetivos deste estudo é propor uma história do trabalho a partir de uma perspectiva teórica e metodológica da História do Tempo Presente. Entende-se que a análise das relações de trabalho advindas da hegemonia neoliberal se faz mais complexa. Atualmente não é possível perceber os vínculos, a agência, a atuação política, as estratégias e as redes de sociabilidade constituídas pelos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, levando em consideração apenas o arcabouço teórico proveniente de uma história do trabalho que prima pela figura do operário, da consciência de classe e das disputas ideológicas. Dessa forma, uma reflexão partindo das ferramentas da História do Tempo Presente pode trazer outros questionamentos para a compreensão de múltiplas temporalidades associadas ao trabalho, e que estão em voga na contemporaneidade.

Palavras-chave: História do Tempo Presente, Trabalho, Neoliberalismo.

**POSSIBILITIES AND CHALLENGES: THE HISTORY OF WORK IN CONTEMPORARY
BRAZIL IN THE PRESENT TIME PERSPECTIVE (1990-2000)**

Abstract: This essay tries to make some considerations about the transformation in the worlds of work in Brazil, an expression that accompanies the movement of capitalism in its neoliberal aspect. In the country, it was in the 1990s that these effects began to emerge, the decade was marked by high unemployment, insecurity of the posts generated, and in reaction to the mobilization of unions to avoid the loss of rights guaranteed. One of the objectives of this study is to propose a history of work from a theoretical and methodological perspective of the History of Present Time. It is understood that the analysis of labor relations arising from neoliberal hegemony becomes more complex. At present it is not possible to perceive the links, the agency, the political action, the strategies and networks of sociability constituted by the workers in Brazil, taking into account only the theoretical framework coming from a history of work that excels by the figure of the worker, class consciousness and ideological disputes. In this way, a reflection based on the tools of the History of the Present Time can bring other questions to the understanding of multiple work-related temporities, which are in vogue in the contemporary world.

Keywords: History of the Present Time, Work, Neoliberalism.

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, Brasil.



Em *A última catástrofe*, o historiador francês Henry Rousso propõe uma reflexão acerca da História do Tempo Presente, para isso evoca os desafios a serem acatados pelos pesquisadores que pretendem caminhar sobre os desígnios desse domínio no campo da produção histórica. Um dos paradoxos por ele colocado é a “tensão estrutural” entre o historiador e seu objeto de pesquisa, no qual existe a necessidade de estabelecer uma distância de algo próximo, pois a História do Tempo Presente “se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado” (Rousso, 2016, p. 18), onde o historiador presencia os desdobramentos de sua própria investigação. Porém, não se trata de reduzir tal contribuição a casualidade do momento, e sim tornar complexa a relação entre presente/passado e passado/presente. Desse modo, é indispensável inserir o objeto de estudo em uma densidade temporal, haja vista que para fazer a História do Tempo Presente, assim como outras formas de se fazer a história, é preciso “restituir uma genealogia”, compreender o “acontecimento em uma duração”, além de tecer “uma ordem de inteligibilidade que tenta escapar à emoção do instante” (Rousso, 2016, p. 18).

Partindo do quadro traçado, a problemática proposta remete a transformação no mundo do trabalho, expressão que acompanha o movimento do capitalismo em sua vertente neoliberal. O que está em questão é a ascensão das ideias neoliberais no último quarto do século XX, e principalmente, os seus impactos identificados no trabalho, configurando um processo inacabado. Assim, algumas das consequências do neoliberalismo nas relações de trabalho são: a institucionalização de contratos mais flexíveis, o deslocamento das indústrias para regiões periféricas do globo, a demanda de emprego no setor de serviços em detrimento de outros setores, a crescente disposição de uma mão-de-obra excedente, o aumento da informalidade e a precarização do trabalho. No Brasil, foi nos anos de 1990 que esses efeitos começaram a entrar em cena, a década ficou marcada pelo alto índice de desemprego, pela insegurança dos postos gerados, e como reação, pela mobilização dos sindicatos para evitar a perda de direitos assegurados junto a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Um dos objetivos deste texto é propor uma história do trabalho a partir de uma perspectiva teórica e metodológica da História do Tempo Presente. Entende-se que a análise das relações de trabalho advindas da hegemonia neoliberal se faz mais complexa. Atualmente não é possível perceber os vínculos, a agência, a atuação política, as estratégias e as redes de sociabilidade constituídas por uma trabalhadora terceirizada no Brasil, levando em consideração apenas o arcabouço teórico



proveniente de uma história do trabalho que prima pela figura do operário, da consciência de classe e das disputas ideológicas. Também não é viável acompanhar sob a ótica das reivindicações sindicais, vigentes nos países de economia central que passaram pelo estado de bem-estar social, a trajetória de um trabalhador alocado no setor de comércio na atualidade, pelo qual o contato com o sindicato ocorre somente em datas festivas, através de um cartão com dizeres de boas festas, ou então com mensagens de felicitações pelo seu aniversário. Sem mencionar a quantidade de autônomos, sem carteira assinada, que necessitam de pequenas tarefas semanais para garantir seus sustentos. Assim também, pode ser classificada a dura rotina de uma empregada doméstica, sujeita a diversos contratempos para manter uma renda mínima. E como não falar dos motoboys? Pessoas que arriscam suas vidas nas turbulentas ruas dos centros urbanos do país, para fazer entrega de documentos, alimentos e medicamentos.

São inúmeros os exemplos, comprovando os desafios intrínsecos ao entendimento de diferentes relações com o trabalho seguida pela transformação do sistema capitalista, que coexistem com a permanência de outros ofícios, predominantes em períodos anteriores. De forma alguma se pretende aqui rejeitar as contribuições feitas pela historiografia do trabalho. Preencher esse espaço, abre precedente para a realização de pesquisas históricas sobre trabalhadoras e trabalhadores inseridos nas complexas fórmulas de trabalho em nosso tempo, por isso a relevância do aporte teórico e metodológico da História do Tempo Presente.

A fim de tornar o objeto principal tangível, o texto foi dividido em duas partes, na primeira será feita a discussão sobre a História do Tempo Presente e suas possibilidades de análise. Na segunda parte, serão apresentadas algumas problemáticas relativas à perspectiva de se praticar a história do trabalho com o auxílio da História do Tempo Presente.

As fissuras do Tempo Presente

“Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX” (Hobsbawm, 1995, p. 15). Com a frase de Eric Hobsbawm, podemos refletir sobre as mudanças encaminhadas pelos eventos do século XX, cujas implicações caracterizam as fissuras do nosso tempo. Sem sombra de dúvida foi um período marcante para a história da humanidade. Da primeira guerra mundial ao colapso da União Soviética,



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

assistimos um avanço tecnológico jamais visto, a população mundial cresceu exponencialmente e no âmbito político-social, os anos manifestaram o desenvolvimento de ideologias e formas distintas de governo. Contudo, as calamidades vivenciadas durante as duas guerras impactaram na relação dos sujeitos entre si e com o tempo, ambos foram fatores determinantes para repensar a escrita da história, oferecendo desafios teóricos e epistemológicos à disciplina. O dinamismo de tais transformações acabou impulsionando o plano de fundo para a elaboração de uma história do tempo presente. Novos elementos oriundos do mundo pós-guerra favoreceram a expansão de estudos voltados para as temáticas em voga, como é o caso da proliferação da mídia e dos áudios visuais. Em contrapartida, a possibilidade avistada pela presença de testemunhas, propensas a relatar as experiências obtidas, ampliou o leque de ferramentas disponíveis para a narração da história.

De acordo com Rousso, “as grandes catástrofes do século XX produziram figuras historiográficas novas, que participaram do enraizamento de uma história do tempo presente no campo científico e no espaço público” (Rousso, 2016, p. 219). Dessa forma, “não somente a catástrofe mudou a maneira de escrever a história contemporânea, mas suas longas sequelas contribuíram para mudar de maneira duradoura a relação com o passado e com o presente” (Rousso, 2016, p. 219). Para François Dosse, “o presente não é mais visto em nosso tempo como um simples lugar de passagem contínua entre um antes e um depois” (Dosse, 2012, p. 20). Seguindo Hannah Arendt, o autor vê esse tempo como uma “lacuna”, precedida por um passado e cujo desfecho demarca os sentidos do futuro. Através da noção de “lacuna” podemos “traçar melhor o que o presente pode revelar de descontínuo, de ruptura e de início” (Dosse, 2012, p. 20). Aberto a inúmeros cenários, esse tempo passa a ser alvo de uma operação mais cuidadosa, pois, é a partir daí que são produzidos relatos conflitantes, onde projetos políticos antagônicos são fomentados, e também onde as expectativas edificadas e compartilhadas preparam o terreno ao porvir. Dito de outro modo, é possível perceber múltiplas temporalidades, envolta de um único material alocado no presente.

Aos poucos o século XX forjou novas formas de comportamento diante do presente, no final desse período, o presentismo se tornou o regime de historicidade dominante. Para François Hartog, tal ordenamento se impôs de fato com a queda do muro de Berlim. Logo, o horizonte de expectativa acentuou sua fragmentação, vagarosamente “o futuro começava a ceder terreno ao presente, que ia exigir cada vez mais lugar, até dar a impressão recente de ocupa-lo por inteiro” (Hartog, 2013, p. 142). Como sugere o autor, um regime de historicidade baliza a experiência do tempo para uma



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

sociedade, influenciando inclusive na escrita da história. Ao contrário do conceito de “época”, os regimes de historicidade são a “expressão de uma ordem dominante do tempo. Tramado por diferentes regimes de temporalidade”, ele é, “uma maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo – modos de articular passado, presente e futuro – e de dar-lhes sentido” (Hartog, 2013, p. 142). O mecanismo apresenta traços de mudanças e permanências, do mesmo modo, diferentes regimes podem coexistir uns aos outros, variando conforme a particularidade de cada organização social. Nessa lógica, Hartog percebe outros dois regimes de historicidade: o regime antigo da história *magistral vitae*, e o regime moderno.

Embora passos importantes tenham sido dados durante os anos de 1960 a fim de alçar a História do Tempo Presente às discussões do campo historiográfico, foi somente em 1978 que houve a sua institucionalização com a criação do Instituto de História do Tempo (IHTP), sob a direção de François Bédarrida. O IHTP procurou posicionar-se de acordo com a “mudança epistemológica marcada pela ascensão da dimensão memorial, a busca ansiosa da identidade e a crise dos paradigmas utilizados nas Ciências Sociais, bem como uma crescente incerteza sobre o presente e o futuro” (Dosse, 2012, p. 5). Na década de 70, surgiram novas formas de curiosidade sobre o passado, a história tornou-se objeto de consumo de um contingente maior de pessoas, o “contemporâneo” gerou uma demanda, suscitando a produção de materiais que dessem conta das problemáticas em foco. Desse modo, o desenvolvimento da História do Tempo Presente “resulta de uma evolução própria à historiografia e ao universo científico, mas acompanha também uma ‘demanda social’ de história” (Rouso, 2016, p. 196). Todavia, é necessário contextualizar esse processo, sem perder de vista quatro pontos relevantes à História do Tempo Presente: a memória, a mídia, o acontecimento e o tempo.

À medida que os anos deixavam para trás as sombras melancólicas da Segunda Guerra Mundial, proliferava-se a ânsia por descrever os episódios sucedidos, porém, as grandes narrativas históricas apresentavam sinais de limite. Segundo Rouso, tivemos uma virada epistemológica na historiografia, que transcorreu pela guinada linguística nos anos de 1980, possibilitando “um contexto favorável ao questionamento dos paradigmas dominantes – entre os quais a história social determinista e a longa duração – e, portanto, favoreceram o surgimento de novas maneiras de fazer história, incluindo-se a história contemporânea renovada” (Rouso, 2016, p. 196). Ainda segundo o autor:



A reavaliação da narrativa no trabalho do historiador encorajou incontestavelmente a elaboração de uma história do acontecimento, da memória, das representações, da opinião, que constituíram aproximações ou objetivos que contribuirão para dar à história do tempo presente uma configuração mais problemática do que o simples “retorno”, um tempo caricaturado, à história política tradicional. Esses objetos novos ou renovados, que deram uma credibilidade à nova história do tempo presente, devem tanto ao contexto político e cultural quanto a um contexto propriamente científico, o qual evolui também segundo ritmos que lhe são próprios. (ROUSSO, 2016, p.196)

Os tópicos elencados por Rousso, indicam as bases para a afirmação da História do Tempo Presente no centro dos debates do conhecimento histórico, ao mesmo passo em que interpela determinadas “certezas” fornecidas pela disciplina. Durante o século XIX, momento em que a história se tornou uma ciência, os componentes da Escola Metódica buscaram demarcar uma distância temporal do presente. O olhar para o passado, resguardaria o historiador das obsessões do tempo vivido, de modo que a temporalidade do objeto de estudo teria que estar encerrada. Esse modelo de história dedicava-se quase que exclusivamente ao Estado-Nação, para isso produzia-se a narrativa na qual os fatos conduziram uma “linha do tempo”. As fontes, restritas aos documentos oficiais, passavam por um exame rigoroso e falavam por si, restringindo a quantidade de documentos plausíveis à pesquisa. Nos anos de 1920, após a Primeira Guerra Mundial, a história que privilegiava o nacional começou a entrar em declínio, “surgiram formas renovadas de história ciência, que tiveram como horizonte o materialismo histórico, o quantitativo, o serial” (Hartog, 2013, p.179). Em contrapartida, a escola dos Annales também cooperou nesse aspecto, principalmente por não considerar a relação entre passado e presente como uma ruptura, mas como uma correlação complexa, envolvendo o historiador e a construção de seu objeto de pesquisa. O fundamento apresentado por Marc Bloch em *Apologia da História* dava conta de uma dialética, na qual o ponto de vista do historiador posto no presente, seria de extrema importância na indagação acerca do passado investigado. Ou seja, o presente deveria ser entendido pelo passado, bem como o passado deveria ser entendido pelo presente. O modelo incrementado pelos Annales tentava contrapor a escrita da história do século XIX, a história política, por exemplo, caiu em descrédito, vista como factual, foi substituída por elementos econômicos e sociais.

Entretanto, a geração de Braudel rechaçou em certo sentido o tempo presente. Para Rousso, há um ponto semelhante entre essa vertente dos Annales e os metódicos: “a recusa, ou talvez a incapacidade, tanto de um Seignobos quanto de um Braudel, em aceitar o caráter incerto e inacabado de toda história do tempo presente, que vai ao encontro da sua perspectiva fundamentalmente



cientificista” (Rouso, 2016, p. 170). Nota-se as demarcações de tempo a respeito do passado, presente e futuro, criadas no regime moderno de historicidade. Ainda hoje, esse fundamento guarda suas cicatrizes. Contudo, diferentes noções do presente foram esboçadas dependendo do período histórico tratado, o que pode caracterizar regimes temporais completamente distintos. Com a virada epistemológica na historiografia dos anos 80, houve uma mudança de historicidade. Debates como a história e memória, a renovação da história política, o retorno do acontecimento, a objeção para com a justiça e o papel cada vez mais determinante das mídias, forneceram o suporte para a História do Tempo Presente.

A preocupação com a memória causou o crescimento excessivo de arquivos em nossa época, o receio pela possível ausência de alguma forma de recordação, dialoga com “o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável” (Nora, 1993, p. 14). Dessa maneira, a ideia defendida por Pierre Nora é que o historiador pode converter a memória em um objeto a ser investigado historicamente. Pois, ao contrário da memória – imersa sob a dualidade lembrar/esquecer - a História opera na construção do passado mediante os vestígios que resistiram com o transcorrer dos anos, portanto, a memória pode ser apreendida como um componente da representação do passado, realizada pelo pesquisador. Assim, Nora sugere a definição de lugares de memória, categoria que produz, simultaneamente, o material, o simbólico e o funcional. A existência de um lugar de memória só é confirmada “se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (Nora, 1993, p. 14), como é o caso das celebrações e dos monumentos.

Por sua vez, o retorno do acontecimento está diretamente ligado ao papel que as mídias ocupam em nosso tempo. A indústria midiática com suas notícias, e por meio de ampla cobertura perante os eventos em andamento, é capaz de reter uma acepção histórica ao acontecimento no instante de sua produção. Por característica própria, o acontecimento moderno produzido pelas mídias intervém no imaginário social. Para François Dosse, a individualização do acontecimento e sua apropriação no espaço público, passa pelo crivo dos meios de comunicação. Uma sofisticada intervenção obedece às seguintes etapas: a descrição, a narração e a normalização. Em primeiro lugar, as informações são descritas com o objetivo de tornar coerente um conjunto de dados heterogêneos. Em seguida, é efetuado o enredamento, logo o acontecimento é narrado e ajustado a uma temporalidade. Por último, há a normalização, trata-se de reduzir as probabilidades circunscritas ao



próprio episódio. Sendo assim, o acontecimento não é algo estático, e sim um processo de atribuição de sentidos e identificação. Sua aparição no espaço público é parte integrante do próprio fenômeno.

Deste modo, “o acontecimento entra em um campo semântico aberto, incerto e as mídias vão lhe atribuir um significado, ligando-o a uma categoria semântica particular que seja capaz de lhe dar um sentido” (Dosse, 2013, p. 268).

Pensar o lugar do presente no tempo histórico é um exercício de grande valia para a disciplina histórica, não se trata de enquadrá-lo no modelo quadripartite, e sim transpor essa preposição. Conforme a sugestão de Lohn e Campos, a História do Tempo Presente investe em formas de investigação que não dispõem de uma temporalidade fixa, acatar tal formulação requer uma prática historiográfica específica, assim os autores ressaltam a contribuição da História do Tempo Presente para além da discussão conceitual, por isso a entendem como uma atitude metodológica. “A discussão sobre o Tempo Presente passa a envolver então um conjunto de problemáticas que suscita aquilo que talvez seja a mais notória e sólida dificuldade da narrativa sobre o passado: as diferentes percepções de tempo histórico que se cruzam nos objetos estudados, particularmente aquelas que envolvem o próprio pesquisador” (Campos e Lohn, 2017, p. 102). Mais do que explicar a conjuntura do século XX, a História do Tempo Presente traz questões universais “sobre o lugar do historiador, sobre a escrita da história, sobre o que está em jogo nas relações entre observadores e atores” (Rousso, 2016, p. 215). Em síntese, assumir tal proposta teórica e metodológica, requer o enfrentamento dos desafios que pairam sobre uma série de complexidades que integram o presente, como por exemplo: ocupar-se dos fatos sociais, políticos e econômicos em pleno curso, lidar com o ator e a testemunha, considerar o avanço tecnológico e a velocidade atual da comunicação, atentar para o alcance de ideias que transcendem os limites espaciais, e por fim, levar em consideração a instabilidade da periodização em história.

Entre mudanças e resistências: o trabalho no Tempo Presente

As relações estabelecidas entre os sujeitos e os mundos do trabalho, é uma das fendas abertas pelo dinamismo do tempo presente. Quero propor dois pontos para pensar a história do trabalho na perspectiva do Tempo Presente, por meio dessas questões, julgo ser possível levar adiante as pesquisas sobre as relações de trabalho no Brasil durante a década de 1990, assim como, os discursos



e as representações sociais que foram criadas para explicar os conflitos gerados naquele período.

O primeiro ponto, advém da transformação do capitalismo com a ascensão do neoliberalismo. Embora boa parte do processo tenha transcorrido nos países ditos de economia central, os reflexos da mudança no sistema não tardaram a chegar em diferentes locais do mundo. É no contexto de crise econômica do início da década de 1970, que as ideias neoliberais encontraram espaço propício para oferecer alternativas ao momento de instabilidade. As indicações do “receituário” neoliberal, tenderam a dismantlar o estado de bem-estar social vigente na Europa Ocidental. Os arquitetos da doutrina, viam como obstáculo as conquistas obtidas pelos trabalhadores diante do estado, responsável por assegurar os direitos sociais, no qual incluía o acesso a saúde pública, a educação, a moradia e a previdência. Porém, é preciso salientar que uma parcela grande dos trabalhadores (as) do sul global não se enquadravam nessas fórmulas, visto que seus países não passaram pelo estado de bem-estar.

A estabilidade desfrutada na esfera do trabalho, possibilita a projeção de conquistas materiais de acordo com a melhoria das condições de vida, como era o caso dos trabalhadores alocados na lógica do estado de bem-estar. No entanto, o neoliberalismo trouxe a insegurança e a impossibilidade de se pensar o tempo em longo prazo. Segundo Hartog (2013, p. 147), “a crise de 1974, a inexorável escalada do desemprego em massa, o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social, construído em torno da solidariedade e a partir da ideia de que amanhã será melhor do que hoje”, junto com as respostas neoliberais, “mais ou menos desesperadas ou cínicas, que apostaram todas no presente, e somente nele”, engendraram um clima de desilusão diante do futuro.

O simples ato de trabalhar é parte integrante da relação que os indivíduos mantêm com o tempo. Mas como é possível idealizar uma percepção de futuro em um contexto que prevalece o trabalho informal, temporário, intermitente e precário? Além do mais, o desemprego também “contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado” (Hartog, 2013, p. 147). Para Richard Sennett (1999, p. 13-33), uma das características do que o autor chama de novo capitalismo, é o trabalho flexibilizado. Dessa maneira, o caráter pessoal dos indivíduos vem sendo afetado diretamente, tendo em vista que estes não conseguem construir expectativas de longo prazo de acordo com as suas próprias experiências de vida. Isso porque, o novo modelo capitalista é pautado em relações de curto prazo, flexíveis, fragmentadas e não duráveis. Ainda segundo o autor, tal fenômeno trouxe outras formas de se conceber o tempo, cujas



consequências são o esvaziamento dos sentidos e a perda da identidade social experimentada pelos trabalhadores.

O segundo ponto a ser levado em consideração, consiste em avaliar a pluralidade dos trabalhadores no tempo presente através de novas abordagens. Isso não quer dizer que em outros períodos históricos os trabalhadores formassem um grupo homogêneo, mas as transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XX denotam um grau de complexidade a ser melhor investigado. Ao tratarmos da historiografia do trabalho, logo vem à mente a importante obra de Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, no mesmo parâmetro, estão os estudos empreendidos por Eric Hobsbawm. Ambos os autores, expoentes de uma Nova História do Trabalho nos anos de 1970 e 1980, trouxeram abordagens que até então não eram cogitadas no estudo sobre o trabalho. Os conceitos criados por essa geração, podem e devem ser utilizados em uma história do trabalho sob a perspectiva do Tempo Presente, desde que não se percam as reais preocupações dessas produções, pois, as alternativas disponíveis aos trabalhadores e trabalhadoras da metade do século XVIII ou do século XIX, contém diferenças significativas ante o que está em jogo na atualidade.

Outras propostas estão surgindo no âmbito acadêmico. Marcel Van der Linden, sugere uma história global do trabalho. O autor indica que a obra de Thompson, sem tirar seus méritos, possui contornos ligados a um “nacionalismo metodológico” que “funde sociedade e Estado”. Por sua vez, a história global do trabalho propõe questionar aspectos essenciais a fim de quebrar dois paradigmas: o eurocentrismo e o nacionalismo metodológico. Para Linden (2009, p. 17), “apenas nas últimas décadas a monadologia eurocêntrica tem sido questionada como um todo”, a conjuntura após a segunda guerra mundial, forneceu as bases para o adensamento de reflexões globais, feitas no início da década de 1990. Entre as mudanças pós-guerra, o autor cita: a descolonização de países da África e Ásia, a presença de comunidades imaginadas transcontinentais, as culturas “fronteiriças” que não cabem numa perspectiva eurocêntrica, e por fim, os ciclos de mobilizações grevistas transnacionais. A História do Trabalho, portanto, estaria dando lugar a uma História Global do Trabalho. Embora a proposta de pensar o trabalho a partir do global se aproxime de uma História do Trabalho na perspectiva do Tempo Presente, a última lida diretamente com a operação historiográfica no presente, sendo fundamental o entrelaçamento dos tempos históricos intrínsecos a um objeto de estudo.

A pluralidade de formas de trabalho e de trabalhadores e trabalhadoras no mundo contemporâneo - seja no plano cultural, do político ou do social - exige de uma História do Trabalho



do Tempo Presente a discussão de gênero, etnia e classe, sem esses três elementos é impossível compreender o enredamento dos processos em curso. Dessa forma, para Homi Bhabha (1998, p. 23), “o presente não pode mais ser encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro, não mais uma presença sincrônica: nossa autopresença mais imediata, nossa imagem pública, vem a ser revelada por suas descontinuidades, suas desigualdades, suas minorias”. Por outro lado, ao analisar as incertezas que pairam sobre as classes sociais na história do trabalho, Mike Savage (2004, p. 28) cita o desenrolar de dois processos contemporâneos. Em primeiro lugar “um certo número de problemas remete para a natureza cambiante da política contemporânea; e a história do trabalho sempre se apoiou em inquietações políticas do tempo presente ao refletir sobre o passado”. Em segundo, “o recuo do movimento sindical em muitos países conduziu a uma profunda crise de autoconfiança na história do trabalho”.

Acredito que uma história do trabalho na perspectiva do Tempo Presente, pode ajudar a desatar essas duas incertezas indicadas por Savage. Pois, partindo de tais reflexões, é possível afirmar que o trabalho é um fenômeno constitutivo do Tempo Presente, seja em sua prática real da vida cotidiana de um indivíduo, ou na acepção teórica, como fenômeno a ser investigado empiricamente.

Referências

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BATALHA, Claudio et al (orgs.). **Culturas de classe**. Campinas: Unicamp, 2004.

CAMPOS, Emerson Cesar de; LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Tempo presente entre operações e tramas**. Revista História da Historiografia. Ouro Preto, n. 24, agosto de 2017.

DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia**. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 4, n.1, p. 5-22, jan/jun. 2012.

DOSSE, François. **O renascimento do acontecimento**: entre a Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. **Tempo, História e a escrita da História**: a ordem do tempo. Revista de História, n. 148, São Paulo, 1º Sem. 2003, pág. 09-34



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ática, 2000.

HARVEY, David. **Neoliberalismo como Destruição Criativa**. INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente – v. 2, n. 4, Tradução, ago. 2007.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LINDEN, Marcel Van Der. **História do trabalho: o velho, o novo e o global**. Mundos do Trabalho, Vol. 1, No. 1, (2009), pp. 11-26.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, vol. 10, 1993.

POCHMANN, Marcio. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. In.: **Sindicatos y nuevos movimientos sociales em América Latina**. Enrique de la Garza Toletto (Org.). Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, Buenos Aires, Arg. 2005.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.